



Santa Casa da Misericórdia de Portel

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



*“Podemos vender o nosso tempo,
mas não podemos comprá-lo de volta.”*

Fernando Pessoa

Abreviaturas e Siglas

SCMP – Santa Casa da Misericórdia de Portel

ARS – Administração Regional de Saúde

ISS IP – Instituto da Segurança Social, IP

ERPI – Estrutura Residencial Pessoas Idosas

CD – Centro de Dia

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

EGA – Equipas de Gestão de Altas dos Hospitais

ECL – Equipas de Coordenação Local

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

ECR – Equipa de Coordenação Regional

Índice

Índice	4
A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL NA ACTUALIDADE	7
A Cultura Organizacional da Santa Casa da Misericórdia de Portel	133
RE L A T Ó R I O DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2017	17
1 - Introdução	17
2 - Relatório	17
3 – Análise Contabilística	18
4 – Eventos Subsequentes	23
5 – Diversos	24
6 – Outras Informações	30
7 – Proposta para aplicação de Resultados	31
BALANÇO	33
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA	34
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS CAIXA	35
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017	37
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016	38
ANEXO 2017 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL	40
1 - IDENTIFICAÇÃO	41
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	42
4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49
5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	55
6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	56
7- ACTIVOS INTANGÍVEIS	56
8 - INVENTÁRIOS	57
9 - CLIENTES	58
10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	59
11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER - CORRENTES	60
12 – DIFERIMENTOS	63
13 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS – CORRENTES	63
14 - FUNDOS PATRIMONIAIS	64

15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS	65
16 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS	65
17 - FORNECEDORES.....	67
18 - OUTRAS CONTAS A PAGAR - CORRENTES	68
19 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	68
20 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	69
21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	72
22 - GASTOS COM O PESSOAL.....	73
23 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	73
24 - OUTROS GASTOS E PERDAS.....	74
25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	74
26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	74
27 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	75

História da Santa Casa da Misericórdia de Portel

A Santa Casa da Misericórdia de Portel (SCMP) foi fundada a 1498 na vila de Portel, situada no distrito de Évora como uma instituição de beneficência e assistência, com diversas obras realizadas no combate à pobreza desde então. Destas podemos realçar a oficialização, em 1976, do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Portel, e ainda, no ano de 1977, a aquisição da sede actual da SCMP com o propósito da criação de um Lar e Centro de Dia para a terceira idade.

Após profundas obras de adaptação, remodelação e conservação de forma a criar todas as condições necessárias aos seus futuros utentes, ditou-se finalmente a 26 de Setembro de 1986 a inauguração das respostas sociais Lar e Centro de Dia com capacidade para 48 e 25 utentes, respectivamente. Mais tarde, visto que a população tinha um elevado grau de necessidades e não existia capacidade suficiente para as suprimir, devido à extensa lista de espera foi elaborado em 1997 um acordo de cooperação entre a SCMP e o Centro Regional de Segurança Social do Alentejo, para a resposta social de Apoio Domiciliário.

Nos anos 80 foi inaugurada a Farmácia da Misericórdia, como forma de satisfazer as necessidades da população, sendo que também foi uma solução para a preservação dos edifícios da Instituição, uma vez que após o encerramento do Hospital o edifício ficou encerrado durante algum tempo. Em 2012 a Farmácia foi deslocalizada para um novo edifício construído para o efeito e com todas as condições necessárias para este tipo de actividade, foi importante esta alteração no sentido de acompanhar a deslocalização dos serviços de saúde existentes na vila de Portel.

Mais recentemente, a SCMP mostrou todo o interesse em, após a criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, acolher mais este projecto. A existência de meios físicos e financeiros da Instituição levaram a que o projecto se torna-se uma realidade e que em 21 de Abril de 2009 tivesse sido inaugurado o edifício da Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

A Santa Casa da Misericórdia de Portel na actualidade

Actualmente, a SCMP possui como respostas sociais uma Estrutura Residencial para pessoas idosas (ERPI), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e ainda uma Farmácia aberta ao público. A SCMP tem actualmente acordo com a Segurança Social para 83 utentes em ERPI sendo 80 vagas de administração directa e 3 vagas atribuídas à gestão da Segurança Social, 10 utentes em CD e 15 utentes em SAD. Os utentes do CD são acolhidos nas instalações onde está instalado o ERPI. Os utentes dos serviços de CD e SAD são todos residentes na vila de Portel, pois a instituição só presta o serviço na Vila e Freguesia de Portel.



Imagem 1 – Sede da Santa Casa da Misericórdia de Portel

A UCCI é constituída por duas tipologias, a tipologia de Longa Duração e Manutenção com capacidade para 13 utentes e a de Média Duração e Reabilitação com a capacidade de 10 utentes. Nesta resposta social não existe autonomia na selecção dos utentes, sendo estes referenciados pelas EGA – Equipas de Gestão de Altas dos Hospitais e pelas ECL – Equipas de Coordenação Local para a RNCCI e colocados pela Equipa de Coordenação Regional ECR nas UCCI's.



Imagens 2 – UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados da Santa Casa da Misericórdia de Portel

A **Farmácia da Misericórdia** para além da venda directa de medicamentos à população do Concelho de Portel, promove o seu uso racional. Desenvolve também um conjunto amplo de serviços que contribuem para a prevenção e detecção precoce de doenças na população do concelho de Portel. A determinação de parâmetro bioquímicos (glicémia, colesterol , triglicéridos), pressão arterial, peso, índice de massa corporal, rastreios, nutrição e podologia são alguns desses serviços.

Farmácia da Misericórdia de Portel... um espaço de saúde cada vez mais centrado no cidadão, a trabalhar pela saúde dos doentes...



Imagens 3 – Farmácia da Misericórdia da Santa Casa da Misericórdia de Portel

CORPOS GERENTES

São Corpos Gerentes da Santa Casa da Misericórdia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.

Os corpos gerentes da Santa Casa da Misericórdia de Portel eleitos a 13 de Dezembro de 2014, tomaram posse a 17 de Janeiro de 2015 para cumprirem um novo mandato de 4 anos.

Os irmãos que tomaram posse nesse acto foram:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - António Pedro Neves Fialho

1º Secretário - Luís Miguel Caeiro Tojo

2º Secretário - Paula Maria Travanca Figueira

CONSELHO FISCAL

Presidente - Luís António Patinho Almeida Paixão

1º Secretário - António Miguel Paixão Amaral

2º Secretário - António Joaquim Serpa Bacala

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor - Jesuíno Oliveira Serrano Rendeiro

Vice-Provedor - Joaquim Manuel Vital Ruivo

Secretário - Marta Bargado Infante Oliveira Fonte Santa

Tesoureiro - António Joaquim Cristo Valadas

Vogal - Francisco Manuel Chaurilha Leirôa

Vogal - Carmélia de Fátima Frangão Fialho Valverde

Vogal - António Joaquim Palma Mendes

A Mesa Administrativa é responsável pelo planeamento e gestão de todas as atividades realizadas na Instituição. O Conselho fiscal e a Assembleia Geral são responsáveis pelo acompanhamento da atividade. Sempre que algum destes órgãos desejar, ou quando solicitados, podem proferir a sua posição relativamente à actividade desenvolvida na Instituição bem como sobre novos projetos e atividades a desenvolver.

RECURSOS HUMANOS

A SCMP durante o ano de 2017 teve ao seu serviço 99 funcionários, dos quais 1 colaborador do RSI (primeiros 6 meses do ano), 2 colaboradores de estágio profissional do IEPF e ainda 7 contratos a Factura-recibo (vulgos recibos verdes) sendo que a mesma se rege pelo seu compromisso no qual se define a sua missão, visão e valores e também a constituição dos seus órgãos sociais.

Organograma da Santa Casa da Misericórdia de Portel

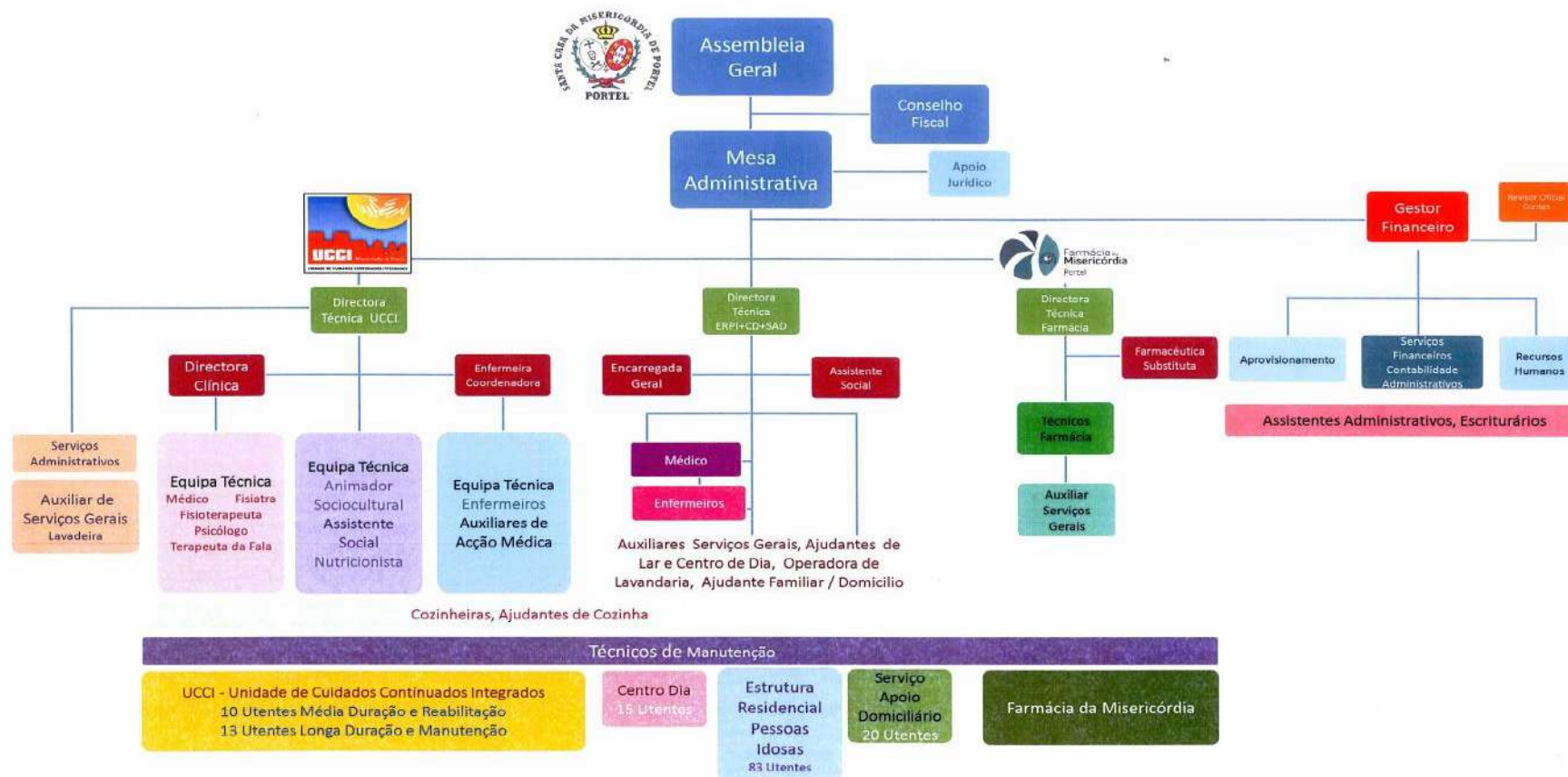


Imagem 4 - Organograma da Santa Casa da Misericórdia de Portel

A Cultura Organizacional da Santa Casa da Misericórdia de Portel

Atualmente a SCMP encontra-se dividida no que lhe poderemos chamar, de quatro departamentos, contudo existem serviços que são transversais a toda a Instituição, como a Cozinha, onde são confeccionadas as refeições para todos os utentes da Instituição, e os Serviços de Manutenção, responsáveis pelas reparações dos edifícios e manutenção de equipamentos.

☒ **Departamento 1** - Departamento Financeiro - encontra-se situado no Edifício Principal da SCMP. Este departamento serve de apoio a todos os outros departamentos da SCMP e também à provedoria da SCMP. O responsável por este departamento é o Gestor Financeiro da Instituição coadjuvado por 3 assistentes administrativas, 1 técnico de apoio à gestão e 1 Jurista a tempo parcial.

Este departamento desenvolve atos administrativos gerais, nomeadamente atividade de faturação, análise e elaboração de cálculos dos valores a cobrar aos clientes. Faz a Gestão de Recursos Humanos - Admissão, contratação, processamento de vencimentos e pagamentos. Faz os pagamentos a fornecedores, gere a logística do armazém central, faz a gestão dos sistemas de informação, a contabilidade financeira, a contabilidade de gestão e estabelece todos os contatos com os *Stakeholders* da Instituição (clientes, utentes, familiares, fornecedores, organismos tutelares - Segurança Social, Administração Regional de Saúde- ARS).

☒ **Departamento 2** - Este departamento é composto pela ERPI, o CD e o SAD. Este departamento tem como responsáveis duas Diretoras Técnicas, uma para o ERPI e outra para o CD e SAD acumulando ambas funções de Assistentes Sociais.

Neste departamento são elaborados as seguintes atividades:

- ✓ Admissões de utentes e famílias e sua integração na instituição
- ✓ A organização das atividades dos utentes
- ✓ A organização do pessoal nos diversos serviços/trabalhos e horários (elaboração das escalas de serviço).
- ✓ Contatos com Segurança Social - principal financiador das respostas sociais ERPI, CD e SAD
- ✓ Acompanhamento dos utentes ao nível físico, psicológico e social.

Neste Departamento, existem cerca de 60 pessoas a trabalhar, havendo também um maior número de utentes e atividades a desenvolver.

☒ **Departamento 3** - Neste departamento funciona a UCCI, que tem como responsável um Director Técnico da UCCI acumulando também funções de Assistente Social. Tem autonomia em termos da gestão de pessoal técnico e administrativo e ainda em termos da gestão de equipamentos. Tem no seu quadro de pessoal 31 pessoas na maioria especializadas (2 médicos a ½ tempo, 7 enfermeiros, 2 fisioterapeutas, 1 animador sócio cultural, 1 psicólogo, 1 terapeuta da fala, 1 assistente administrativo, 13 auxiliares de ação médica e 4 assistentes operacionais).

Este departamento presta os seguintes serviços/actividades:

- ✓ Faturação referente aos serviços prestados na UCCI
- ✓ Acolhimento e integração dos utentes e respectivas famílias
- ✓ Prestação de cuidados de saúde de manutenção e de reabilitação.
- ✓ Acompanhamento psicológico
- ✓ Acompanhamento nutricional
- ✓ Terapia da Fala
- ✓ Animação sócio cultural

☒ **Departamento 4** - Farmácia da Misericórdia de Portel - tem também uma Diretora Técnica Responsável que é coadjuvada por uma Farmacêutica Adjunta e 3 técnicos de farmácia. Tem autonomia total em termos da gestão de aprovisionamento e ainda a gestão dos bens e equipamentos.

A Farmácia da Misericórdia de Portel encontra-se aberta ao público servindo toda a população do Concelho de Portel. A gestão dessa interacção, o aumento do negócio junto do público promovendo o uso racional do medicamento, são também alguns dos muitos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos deste departamento.

A SCMP como instituição histórica que é, implementada num território pobre e com uma débil oferta de trabalho, tem-se vindo a afirmar como uma das maiores e mais importantes Instituições do Concelho de Portel. É a segunda entidade empregadora do Concelho e em termos de negócio uma das maiores em termos de faturação no que diz respeito às empresas e entidades de direito privado aqui sediadas.

Verificou-se, no entanto, que o trabalho desenvolvido na instituição ao longo dos diversos anos, era um trabalho sem grande necessidade de especialização, abrindo-se a possibilidade para a SCMP de poder afetar ao seu quadro de pessoal, mão-de-obra não especializada. Aliado a este facto, os elevados índices de desemprego no concelho, principalmente do sexo feminino, foram vistos para a Instituição como uma forma de contribuir para a fixação de pessoas no seu concelho.

Nos anos 90, início do ano de 2000 a SCMP, tinha apenas 3 técnicos com formação superior no seu quadro de pessoal. Uma diretora técnica da Farmácia da Misericórdia, uma gestora financeira que coordenava e comandava o sector administrativo e financeiro e uma assistente social de apoio a todas as respostas sociais.

Na primeira década de 2000, com o desenvolvimento das diversas respostas sociais, com as “obrigações” e regras mais restritas dos organismos tutelares do sector, surgiu a necessidade de contratar para o seu quadro de pessoal outros quadros profissionais especializados (contratação de 1 enfermeiro e 1 médico a ½ tempo de apoio à SCMP).

Com o projeto de candidatura e sua aprovação para o desenvolvimento de uma UCCI como forma de dar apoio à ARS Alentejo no que diz respeito à gestão dos doentes hospitalizados, surge na SCMP a oportunidade de agregar ao seu quadro de pessoal um bom número de profissionais especializados. A entrada de 1 médico a ½ tempo, 1 assistente social, 5 enfermeiros, 1 psicólogo, 1 fisioterapeuta, 1 animador sócio cultural, 1 terapeuta da fala, 12 auxiliares de ação médica e 4 auxiliares de serviços gerais, vieram dotar a instituição de um quadro técnico de profissionais que permitiram uma diferenciação dos serviços, prestados à população.

Foi no ano de 2011 que se iniciou na UCCI o processo de acreditação, acompanhado pela entidade *Joint Commission International*. O processo de acompanhamento foi finalizado, mas não se procedeu à acreditação por dificuldades financeiras da instituição. No entanto este

processo foi estruturante para esta resposta social com criação de manuais e protocolos de actuação que actualmente continuam a ser seguidos por todos os profissionais da Unidade.

ACTIVIDADES

Foram diversas as actividades que se desenvolveram durante o ano de 2017 envolvendo todas as respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

Respostas Sociais ERPI, CD e SAD

6 Janeiro (Dia de Reis) – Encontro intergeracional entre os utentes da SCMP e as crianças da Fundação Dias de Carvalho, com actividades musicais e culturais comuns.

18 Janeiro (Dia do Riso) – Terapia do riso com os utentes

14 Fevereiro (Dia dos namorados) – Explicação aos utentes do significado deste dia e recolha junto dos utentes de alguns poemas de amor.

27 Fevereiro (Carnaval) – Intercâmbio com o Centro Paroquial de Monte do Trigo, convívio de carnaval. Baile de máscaras com os utentes das duas instituições.

8 Março (Dia da Mulher) – Debate sobre o tema e interpretação de algumas canções. Distribuição a todas as utentes da instituição, de uma moldura em forma de flor com a sua fotografia.

19 Março (Dia do Pai) – Entrega de uma lembrança a todos os utentes do género masculino. Essa lembrança consistiu numa moldura em forma de camisa com a sua fotografia com a finalidade da identificação das camas de cada um.

21 Março (Dia da Primavera, dia da árvore e dia da poesia) – Plantação de dois damasqueiros no jardim da instituição. Leitura de poesia de Florbela Espanca aos utentes.

22 Março (Dia mundial da água) – Debate sobre o tema, explicando a importância da mesma e do seu consumo.

4 Abril – Visita ao museu da Junta de Freguesia e visita ao pavilhão temático A Bolota, com a colaboração dos alunos do Colégio S. Tomás de Lisboa.

7 Abril (Dia da Actividade Física e Dia da Saúde) – Visita à Cerca de S. Paulo com exercícios físicos no ginásio ao ar livre. Debate sobre a depressão. Jogos tradicionais, estimulação sensorial e olfactiva. Oferta de gelado.

16 Abril (Páscoa) – Entrega de amêndoas aos utentes.

25 Abril (Dia da Liberdade) – Actividades de expressão plástica com os utentes, alusivas ao tema.

28 Abril (Encontro intergeracional) – Encontro entre utentes ERPI e CD e o jardim de infância no projecto “Profissões dos Encarregados de Educação”.

7 Maio (Dia da mãe) – Entrega aos utentes do género feminino de um postal, elaborado pelas “alunas” do atelier de expressão plástica.

25 Maio (5ª feira da ascensão) – Passeio ao campo para apanha da espiga.

31 Maio – Visita ao Monte Selvagem. Apoio do Municipio de Portel com a cedência do autocarro.

28 Junho – Comemoração dos Santos Populares – Arraial de S. João na Instituição. Sardinhada aberta à população.

26 Julho (Dia dos Avós) – Atelier de cozinha confecção de gelados.

16 Agosto – Visita à Portel Aves

25 Setembro – Visita ao santuário da Nª Sra de Aires, piquenique na fonte das Veladas.

2 Outubro (Dia mundial do idoso) – Actividade de dança e movimento no jardim da instituição.

11 Novembro (dia de S. Martinho) – Comemoração do dia de S. Martinho. Cantes alentejanos com degustação de castanhas assadas e água pé.

22 Novembro – Visita à Capela de Stº António – Exposição de Artes plásticas.

24 Novembro – Visita à ermida de S. Pedro após a sua reabertura.

30 Novembro – Visita à feira do Montado 2017

16 Dezembro – Festa de Natal para os Utentes

Durante o ano de 2017, para além das actividades anteriormente relatadas foram desenvolvidos com grande participação da SCMP, os seguintes acontecimentos:

26 Março - Organização da procissão do enterro do senhor;

31 Maio (Dia das Misericórdias) – Celebração de eucaristia na igreja da Misericórdia por alma dos irmãos falecidos,

Junho – Participação nas marchas populares de Portel numa organização da Junta de Freguesia de Portel;

Agosto – Participação no Agosto em festa com um Stand institucional e desenvolvimento de diversas actividades.

26 Setembro – Celebração do 31º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

Novembro – Participação na Feira do Montado 2017 com Stand institucional.

Dezembro – Festa de Natal dos utentes e dos funcionários da SCMP

Farmácia da Misericórdia

Actualmente, além do acesso ao medicamento, a farmácia cada vez mais desempenha um papel importante no aconselhamento, promoção do uso racional do medicamento, promoção e educação para a saúde.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, (OMS), promoção da saúde é “um processo que visa tornar a pessoa apta a assumir o controlo e a responsabilidade da sua saúde” (OMS, 1986), ou seja visa melhorar a vida e a saúde das pessoas, *empowerment*. Contudo para que a promoção da saúde assuma esse significado, há que ter em conta o que é a saúde para cada indivíduo e comunidade, e só é possível definir estratégias de promoção de saúde, a partir de uma conceptualização holística da saúde (a nível físico, mental, ambiental e social). As significações pessoais de cada indivíduo, os seus valores pessoais, religião, meio social, económico e ambiental, são parte integrante do seu estado de saúde e são os principais determinantes dos comportamentos e atitudes de prevenção da doença e promoção de saúde.

A promoção da saúde e a educação para a saúde “coabitam” num ambiente comum, no sentido de capacitar as pessoas a tomar decisões conscientes dos seus estilos de vida, no sentido da prevenção das doenças, do seu bem-estar e qualidade de vida (empoderamento).

Pode considerar-se a educação para a saúde como o conjunto de medidas didácticas e metodológicas no sentido de informar e incentivar as populações e comunidades a adoptar estilos de vida saudáveis e a promoção da saúde num conceito muito mais amplo, abrange os recursos a nível institucional, organizacional e governamental no sentido de tomar medidas que possam levar a saúde, bem-estar e qualidade de vida das populações. “...enquanto a educação para a saúde visa informar as pessoas no sentido de influenciar as suas futuras tomadas de decisão individuais e colectivas, a promoção de saúde tem como objectivo as acções sociais e políticas complementares, tais como a promoção de causas e o desenvolvimento da comunidade, que permitem que as transformações políticas no ambiente social, de trabalho e da comunidade realcem a saúde” (Green e Kreuter, 1991)

Neste sentido a farmácia da misericórdia tem vindo a desenvolver actividades, determinantes na prevenção e detecção precoce de doenças, que permitam à farmácia a criação de novas

dinâmicas entre clientes, farmácia e comunidade, disponibilizando um serviço de saúde de proximidade.

Durante o ano de 2017, realizaram-se as seguintes actividades:

Maio – Mês do Coração – Acções de sensibilização na prevenção de doenças cardiovasculares

05 Maio Rastreio Nutricional / Avaliação composição corporal

16 Maio Comemoração do dia mundial da hipertensão

Medição da tensão arterial na farmácia e referenciação ao médico de família dos casos de hipertensão.

19 Maio Sessão de esclarecimento – “Sal no prato” e hipertensão

23 Maio Caminhada “ Luta contra a obesidade”

22 Junho Rastreio Fototipo – avaliação do fototipo de pele e aconselhamento sobre cuidados a ter com a exposição solar e factor de protecção adequado.

14 Novembro Dia Mundial da diabetes – Tem apetite por doces? ... É fácil controlar

Rastreio da glicémia e aconselhamento sobre a doença.

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Dia de Reis – Foi realizado com os utentes a impressão em cartolina, de coroas que posteriormente foram recortadas pelos mesmos e usadas em pequena dramatização.

Dia do doente - Comemoração de data festiva com a realização de uma missa na Igreja do Espírito Santo.

Dia dos namorados - Dinâmica de grupo na qual houve partilha de experiência e opinião relativas ao dia em causa.

Carnaval - Participação em Cortejo de Carnaval dos funcionários da UCCI Portel

Páscoa - Confecção de folares da Páscoa

Santos Populares - Foi realizada sardinhada comemorativa

Dia Internacional do Idoso - Dinâmica de grupo comemorativa do é que ser idoso hoje.

Dia do pijama - Dinâmica de grupo comemorativa do dia do pijama.

Dia S. Martinho - Lanche comemorativo

Festa de Natal - Lanche comemorativo com representação de alguns cânticos e poemas evocativos à quadra em questão.

Exposições de Trabalhos realizados pelos utentes - Exposição de pinturas e peças realizadas durante o ano.

Passeios Terapêuticos - Deslocação dos utentes à feira das Aves e à Feira do montado

6 – Outras Informações

Não existem quaisquer dívidas ao Estado nem à Segurança Social, conforme se comprova através das certidões de não dívida anexas.

Não existem quaisquer negócios entre a Santa Casa da Misericórdia de Portel e qualquer elemento eleito da Mesa Administrativa.

7 – Proposta para aplicação de Resultados

Propõe-se à assembleia geral da Santa Casa da Misericórdia de Portel que o Resultado líquido do período, no montante de 59.980,17 euros, seja transferido para a conta de Resultados transitados.

Santa Casa da Misericórdia de Portel

MAPAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Portel

Balanço em 31.12.2017 e 31.12.2016

RUBRICAS	Notas	Periodo	Histórico
		31.12.2017	31.12.2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2 376 926,51	1 826 824,84
Bens do património histórico e cltural			
Propriedades de investimento	6		622 099,76
Activos intangíveis		166,47	249,69
Activos biológicos			
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros activos financeiros		2 992,73	
Sub Total Activo não corrente		2 380 085,71	2 449 174,29
Activo corrente			
Inventários	7	97 929,72	98 530,69
Activos biológicos			
Clientes	8	121 321,73	145 208,34
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	9	7 986,57	731,40
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outras contas a receber	10	56 702,55	9 909,84
Diferimentos	11	10 587,98	12 241,20
Outros activos financeiros	12	34 982,07	34 880,91
Caixa e depósitos bancários	4	215 158,81	217 487,63
Sub Total Activo corrente		544 669,43	518 990,01
Total do Activo		2 924 755,14	2 968 164,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13	1 344 097,96	1 344 097,96
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13	766 409,38	869 671,92
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	338 983,17	347 168,99
Resultado líquido do período	13	59 980,17	-103 262,54
Interesses minoritários			
Total dos Fundos Patrimoniais		2 509 470,68	2 457 676,33
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	15		78 891,65
Outras contas a pagar			
			78 891,65
Passivo corrente			
Fornecedores	16	90 955,51	150 725,91
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	9	32 646,43	32 076,60
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos	15	80 251,46	79 140,40
Outras contas a pagar	17	211 431,06	165 773,00
Diferimentos	11		3 880,41
Outros passivos financeiros			
		415 284,46	431 596,32
Total do Passivo		415 284,46	510 487,97
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		2 924 755,14	2 968 164,30

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Portel

Demonstração dos resultados por natureza do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31.12.2017	31.12.2016
Vendas	19	897 111,45	863 181,42
Prestação de Serviços	19	724 022,76	730 047,82
Subsídios , doações e legados à exploração	20	959 066,87	941 312,53
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-842 854,06	-830 474,76
Fornecimentos e serviços externos	21	-380 682,95	-420 837,95
Gastos com pessoal	22	-1 330 282,62	-1 362 093,45
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras Imparidades (perdas / reversões)			
Outros rendimentos e ganhos	15, 23	140 893,50	85 667,23
Outros gastos e perdas	24	-17 338,01	-13 245,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		149 936,94	-6 442,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	-81 077,68	-86 579,30
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		68 859,26	-93 021,91
Juros e rendimentos similares obtidos	25	329,33	614,06
Juros e gastos similares suportados	26	-9 208,42	-10 854,69
Resultado antes de impostos		59 980,17	-103 262,54
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		59 980,17	-103 262,54

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Portel

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31.12.2017 e 31.12.2016

Fluxos de caixa das actividades operacionais	Períodos	
	2017	2016
Resultados económicos	68 859,26	-93 021,91
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações	81 077,68	86 579,30
Imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00
Justo valor (reduções/aumentos)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Ativos biológicos (aumento/diminuição)	0,00	0,00
Inventários (aumento/diminuição)	-600,97	11 957,80
Contas a receber (aumentos/diminuições)	22 906,10	2 955,57
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)	-1 653,22	1 266,72
Contas a pagar (aumentos/diminuições)	-25 335,32	-37 377,84
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)	-3 880,41	0,00
Outros Ativos correntes (aumentos/diminuições)	7 356,33	13,52
Outros passivos correntes (aumentos/diminuições)	569,83	1 740,94
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	93 282,80	-58 273,12

Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	39 988,90
Ativos intangíveis	0,00	249,69
Investimentos financeiros	2 992,73	0,00
Outros Ativos		0,01
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	2 226,58	
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros Ativos	0,03	0,00
Juros e rendimentos similares	329,33	614,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-436,79	-39 624,54

Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	77 780,59	34 427,34
Juros e gastos similares	9 208,42	10 854,69
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	8 185,82	22 386,69
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-95 174,83	-67 668,72
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2 328,82	-165 566,38
Caixa e seus equivalentes no início do período	217 487,63	383 054,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	215 158,81	217 487,63

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	14	1 344 098			869 672			347 169	-103 263	2 457 676		2 457 676
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		14				-103 263			-8 186	103 263	-8 186		-8 186
	2					-103 263			-8 186	103 263	-8 186		-8 186
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									59 980	59 980		59 980
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									163 243	51 794		51 794
OPERAÇÕES COM EXTITUIDORES NO PERÍODO													
Realizações de fundos													
Subsídios Doações e legados													
Outras operações													
	5												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5		1 344 098			766 409			338 983	59 980,17	2 509 471		2 509 471

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	14	1 344 098			975 154			369 556	-105 483	2 583 326		2 583 326
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		14				-105 483			-22 387	2 220	-125 649		-125 649
	7					-105 483			-22 387	2 220	-125 649		-125 649,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					-105 483			-22 387	2 220	-125 649		-125 649
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	10												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	11=6+7+8+10	28	1 344 098			869 672			347 169	-103 263	2 457 676		2 457 676

Anexo 2017 - Santa Casa da Misericórdia de Portel



1 - IDENTIFICAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Portel é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) constituída em 1498, com sede na Praça da República n.º 1, em Portel e tem como actividade principal a área social, nomeadamente estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e unidade de cuidados continuados integrados.

O CAE principal da instituição é 87301 e como secundário o 47730 e 87100.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Misericórdia opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 21 de Março de 2018 e é opinião da Mesa Administrativa que as mesmas reflectem de forma fidedigna as operações da Misericórdia, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades do sector não lucrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

A instituição adotou as NCRF pela primeira vez em 2011 aplicando para o efeito a “NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

Não existiram ajustamentos nos capitais próprios decorrentes da transição para o novo referencial contabilístico.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Misericórdia, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da Misericórdia (fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios).

Segue-se um conjunto de pressupostos, definições e outras informações relevantes para melhor compreensão da forma como as demonstrações financeiras foram preparadas.

3.1 – BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (BADF)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que entidade continuará a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão."

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os ativos fixos tangíveis são depreciados anualmente durante as vidas úteis estimadas, nomeadamente:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	5-6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5-6 anos

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Nos anos anteriores, as propriedades de investimento eram constituídas por imóveis cujos fins era a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Durante o ano de 2017, efectuou-se o desreconhecimento destas propriedades, sendo as mesmas transferidas para os ativos fixos tangíveis.

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos Tangíveis.

INVENTÁRIOS

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade - Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados - Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão - Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor."

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SCM Portel é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

VENDAS DE BENS

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Misericórdia e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Misericórdia; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição,

construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefício económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou sejam acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

4 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	4 280,43	4 191,43
Depósitos à ordem	110 878,38	93 296,20
Outros depósitos bancários	100 000,00	120 000,00
Total de caixa e depósitos bancários	215 158,81	217 487,63

Os valores em caixa são o somatório dos caixas existentes na entidade. Existem duas caixas na secretaria da instituição uma denominada Caixa Sede (saldo 444,48€) e outra denominada Caixa Utentes (saldo 3.054,83 €) para recebimentos e pagamentos aos utentes da instituição. Existe ainda uma caixa na Farmácia (saldo 205,48€) e uma caixa na UCCI (saldo 47,14 €) para regularização de pequenos valores a fornecedores ou pagamentos de serviços.

Depósitos à Ordem

A Santa Casa da Misericórdia de Portel tem 5 contas bancárias à ordem activas.

Na Caixa Geral de Depósitos são duas, uma para a actividade corrente da instituição (saldo 18.787,91 €) e a outra para os movimentos de conta corrente dos seus utentes (saldo 8.075,89€).

No Banco Millennium BCP a conta existente é de utilização geral, no entanto muitos são os movimentos afectos apenas à Farmácia da Misericórdia (saldo 39.978,04 €).

Na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo são também duas as contas utilizadas, a primeira de utilização geral da Instituição (saldo 44.700,03 €) e a segunda de utilização para os movimentos afectos à Unidade de Cuidados Continuados de Integrados (saldo -663,49), devido aos cheques emitidos e em trânsito no final do ano.

Depósitos a prazo

A Santa Casa da Misericórdia de Portel tem duas contas com depósitos a prazo activos.

Na Caixa de Crédito Agrícola o depósito a prazo representa as poupanças da instituição para fazer face a investimentos futuros bem como fazer face a alguma necessidade de tesouraria mais urgentes (saldos de 67.500,00 € e 32.500,00 € num total de 100.000,00 €).

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construção	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
2016	Custo Aquisição	25 255,50	2 781 182,61	729 894,34	141 860,23	279 628,53	67 045,73	4 024 866,94
	Depreciações Acumuladas	0,00	-1 041 677,34	-712 937,45	-106 106,62	-272 286,66	-66 542,71	-2 199 550,78
	Valor Líquido	25 255,50	1 739 505,27	16 956,89	35 753,61	7 341,87	503,02	1 825 316,16
Transferências	Adições	49 244,50	622 668,78					671 913,28
	Depreciações Transferências		-49 813,56					-49 813,56
	Sub Total	49 244,50	572 855,22	0,00	0,00	0,00	0,00	622 099,72
2017	Aquisições e Adições	0,00	6 562,92	2 509,90	0,00	1 432,23	0,00	10 505,05
	Depreciações	0,00	-54 812,39	-9 673,05	-13 657,51	-2 851,51	0,00	-80 994,46
	Sub Total	0,00	-48 249,47	-7 163,15	-13 657,51	-1 419,28	0,00	-70 489,41
AFTB		74 500,00	3 410 414,31	732 404,24	141 860,23	281 060,76	67 045,73	4 707 285,27
Depreciações Acumuladas		0,00	-1 146 303,29	-722 610,50	-119 764,13	-275 138,17	-66 542,71	-2 330 358,80
AFT Líquido		74 500,00	2 264 111,02	9 793,74	22 096,10	5 922,59	503,02	2 376 926,51

Durante o ano de 2017 o maior investimento da SCMP foram as obras de beneficiação efectuadas nas canalizações do edifício sede da instituição. O valor do investimento foi de 6.562,92€.

De referir que se efectuou a transferência dos valores que estavam em propriedades de investimento para a conta dos ativos fixos tangíveis, bem como as depreciações que já se tinham efectuado.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Com o reconhecimento das propriedades de investimento como ativos fixos tangíveis, deixa a SCMP de reconhecer nesta rúbrica qualquer propriedade.

7- ACTIVOS INTANGIVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		Programas Computador
2016	Custo Aquisição	2 386,09
	Depreciações Acumuladas	-2 136,40
	Valor Líquido	249,69
Transferências	Adições	
	Depreciações Transferências	
	Sub Total	0,00
2017	Aquisições e Adições	
	Depreciações	-83,22
	Sub Total	-83,22
PIB		2 386,09
Depreciações Acumuladas		-2 219,62
PILíquido		166,47

8 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os inventários têm a seguinte composição:

Existências Finais	31-12-2017			
	Mercadorias	Matérias Primas e subsidiárias	Materiais de consumo	Total
Medicamentos Farmácia	82 072,80			82 072,80
Géneros Alimentares		4 287,71		4 287,71
Fraldas e Outros Produtos		1 141,97		1 141,97
Produtos Higiene dos Utentes			4 562,50	4 562,50
Produtos Limpeza das Instalações			5 864,74	5 864,74
	82 072,80	5 429,68	10 427,24	97 929,72

Em 31 de Dezembro de 2017, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim

Descrição		Compras	Descontos/Dev	Total
Existências Iniciais	Mercadorias	86 128,66		86 128,66
	MP Géneros Alimentares	4 218,06		4 218,06
	MP Fraldas	1 404,11		1 404,11
	Subsidiárias e Consumo	6 779,86		6 779,86
Compras	Mercadorias	676 272,07	17 293,35	658 978,72
	MP Géneros Alimentares	140 611,74	820,58	139 791,16
	MP Fraldas	26 848,34		26 848,34
	Subsidiárias e Consumo	16 634,87		16 634,87
Existências Finais	Mercadorias	82 072,80		82 072,80
	MP Géneros Alimentares	4 287,71		4 287,71
	MP Fraldas	1 141,97		1 141,97
	Subsidiárias e Consumo	10 427,24		10 427,24
CMVMC	Mercadorias	680 327,93		663 034,58
	MP Géneros Alimentares	140 542,09		139 721,51
	MP Fraldas	27 110,48		27 110,48
	Subsidiárias e Consumo	12 987,49		12 987,49

9 – CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2017			31-12-2016		
	CAP	Perdas por imparidade	C/C	C/C	Perdas por imparidade	C/C
Cientes Farmácia	69 207,37		69 207,37	63 949,81		63 949,81
Cientes Ucci	39 734,27		39 734,27	72 209,37		72 209,37
Cientes Lar / CD / A. Domiciliário/ Outros	12 380,09		12 380,09	9 049,16		9 049,16
Total	121 321,73	0,00	121 321,73	145 208,34	0,00	145 208,34

Em 2017 não se considerou qualquer ajustamento, em virtude da situação de créditos concedidos a clientes estar perfeitamente controlada e dentro dos parâmetros normais.

Nas dívidas clientes conta corrente verificou-se um decréscimo de 23.886,61 €.

Existe um saldo a débito no valor de 32.987,57 € da conta da ARS Alentejo referente à comparticipação dos medicamentos do mês de Dezembro, vendidos na Farmácia da Misericórdia.

De salientar a recuperação do valor 6.666,13 € do cliente IASFA – participante dos utentes pertencentes às forças armadas durante o ano de 2017, contribuindo para isso as notificações feitas aos serviços do IASFA e respectivo acordo de pagamento.

É importante durante o ano de 2018 controlar os recebimentos, e verificar as diferenças mensais de forma a não deixar arrastar no tempo valores que posteriormente serão muito difíceis de recuperar. Como verificado em 2017 é importante alertar os responsáveis das instituições participantes, da dificuldade da UCCI em receber utentes participados se não houver pagamento efectuados atempadamente. Coloca-se assim em causa o recebimento desses utentes na instituição SCMP se não houver cumprimento do acordo entre as partes, pois é insustentável financeiramente para a SCMP.

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Retenção de imposto sobre o rendimento		
Imposto sobre o valor acrescentado	7 986,57	731,40
Contribuições para a Segurança Social		
Tributos das autarquias locais		
Outros impostos		
	7 986,57	731,40
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Retenção de imposto sobre o rendimento	5 658,36	5 174,00
Imposto sobre o valor acrescentado	2 667,06	2 210,35
Contribuições para a Segurança Social	24 321,01	24 692,25
Tributos das autarquias locais		
Outros impostos		
	32 646,43	32 076,60

Todos os impostos a pagar apresentados no passivo em 31/12/2017 foram pagos durante o mês de Janeiro e Fevereiro de 2016 na data respectiva para pagamento de cada um dos impostos.

No caso do IVA a receber, está contabilizado para além do valor que vem desde há vários anos a ser apresentado, o acréscimo do IVA a reembolsar referente a 50% do IVA da aquisição dos géneros alimentares, reembolsos já solicitados para o ano de 2017. O valor que vem de anos anteriores necessita de ser regularizado durante o ano de 2018 em virtude do mesmo já não ser recuperável.

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER - CORRENTES

Quadros justificativos dos acréscimos de rendimentos por entidade / resposta social:

Sigla	Serie Doc_	N_ Doc_	Data Emissao	N_ Cliente	Total	Tipo
FAC	U12	2604	16-01-2018	25	6 757,92 €	Diária Internamento LDM
FAC	U12	2605	16-01-2018	25	3 631,66 €	Medicamentos LDM
FAC	U12	2606	16-01-2018	25	205,92 €	Remuneração Adicional LDM
FAC	U12	2607	16-01-2018	26	333,74 €	Diária Internamento LDM
FAC	U12	2608	16-01-2018	26	486,08 €	Fraldas LDM
FAC	U12	2609	16-01-2018	104	697,82 €	Diária Internamento
FAC	U12	2610	16-01-2018	218	744,62 €	Diária Internamento
FAC	U12	2611	16-01-2018	261	526,38 €	Diária Internamento
FAC	U12	2612	16-01-2018	263	532,58 €	Diária Internamento
FAC	U12	2613	16-01-2018	284	265,67 €	Diária Internamento
FAC	U12	2614	16-01-2018	291	684,17 €	Diária Internamento
FAC	U12	2615	16-01-2018	339	388,12 €	Diária Internamento
FAC	U12	2616	16-01-2018	163	311,24 €	Diária Internamento
FAC	U12	2617	16-01-2018	344	567,30 €	Diária Internamento
FAC	U12	2618	16-01-2018	374	474,92 €	Diária Internamento
FAC	U12	2619	16-01-2018	354	292,02 €	Diária Internamento
FAC	U12	2620	16-01-2018	332	518,32 €	Diária Internamento
FAC	U12	2621	16-01-2018	405	409,92 €	Diária Internamento
FAC	U12	2622	16-01-2018	25	16 151,04 €	Diária Internamento MDR
FAC	U12	2623	16-01-2018	25	3 476,16 €	Medicamentos MDR
FAC	U12	2624	16-01-2018	25	1 233,76 €	Remuneração Adicional MDR
FAC	U12	2625	16-01-2018	26	435,82 €	Remuneração Adicional MDR
FAC	U12	2626	16-01-2018	391	257,53 €	Diária Internamento
FAC	U12	2627	16-01-2018	396	70,70 €	Diária Internamento
FAC	U12	2628	16-01-2018	398	404,55 €	Diária Internamento
FAC	U12	2629	16-01-2018	399	106,02 €	Diária Internamento
FAC	U12	2630	16-01-2018	400	218,55 €	Diária Internamento

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2017

FAC	U12	2631	16-01-2018	402	236,22 €	Diária Internamento
FAC	U12	2632	16-01-2018	403	219,17 €	Diária Internamento
FAC	U12	2633	16-01-2018	404	247,38 €	Diária Internamento
FAC	U12	2634	16-01-2018	406	342,94 €	Diária Internamento
FAC	U12	2635	16-01-2018	407	160,23 €	Diária Internamento
FAC	U12	2636	16-01-2018	408	127,98 €	Diária Internamento
FAC	U12	2637	16-01-2018	409	234,36 €	Diária Internamento
FAC	U12	2638	16-01-2018	168	892,18 €	Diária Internamento - 580,32 € Medicamentos 311,86
Mapa Prestador Agregador Média			12-01-2018	dez-17	5 480,20 €	Comparticipação Seg Social M
Mapa Prestador Agregador Longa			12-01-2018	dez-17	3 079,65 €	Comparticipação Seg Social L
Total					51 202,84 €	

Sigla	Serie	N_ Doc_	Data Emissao	N_ Cliente	Total	Tipo
ND	U12	18	01-03-2018	26	1,98	Remuneração Adicional MDR
ND	U12	19	01-03-2018	26	3,92	Fraldas LDM
ND	U12	20	01-03-2018	104	4,14 €	Diária Internamento
ND	U12	21	05-03-2018	218	4,42 €	Diária Internamento
ND	U12	22	05-03-2018	261	3,12 €	Diária Internamento
ND	U12	23	05-03-2018	263	3,16 €	Diária Internamento
ND	U12	24	05-03-2018	284	1,58 €	Diária Internamento
ND	U12	25	05-03-2018	291	4,06 €	Diária Internamento
ND	U12	26	05-03-2018	339	2,30 €	Diária Internamento
ND	U12	27	05-03-2018	163	1,85 €	Diária Internamento
ND	U12	28	05-03-2018	344	3,37 €	Diária Internamento
ND	U12	29	05-03-2018	374	2,82 €	Diária Internamento
ND	U12	30	05-03-2018	354	1,73 €	Diária Internamento
ND	U12	31	05-03-2018	332	3,08 €	Diária Internamento
ND	U12	32	05-03-2018	405	2,43 €	Diária Internamento

ND	U12	33	05-03-2018	26	2,64	Remuneração Adicional
ND	U12	34	05-03-2018	391	1,56 €	Diária Internamento
ND	U12	35	05-03-2018	396	0,43 €	Diária Internamento
ND	U12	36	05-03-2018	398	2,45 €	Diária Internamento
ND	U12	37	05-03-2018	399	0,64 €	Diária Internamento
ND	U12	38	05-03-2018	400	1,32 €	Diária Internamento
ND	U12	39	05-03-2018	402	1,43 €	Diária Internamento
ND	U12	40	05-03-2018	403	1,33 €	Diária Internamento
ND	U12	41	05-03-2018	404	1,50 €	Diária Internamento
ND	U12	42	05-03-2018	406	2,08 €	Diária Internamento
ND	U12	43	05-03-2018	407	0,97 €	Diária Internamento
ND	U12	44	05-03-2018	408	0,78 €	Diária Internamento
ND	U12	45	05-03-2018	409	1,42 €	Diária Internamento
Mapa Prestador Agregador Média ND			12-01-2018	dez-17	18,67	Remuneração Adicional MDR
Mapa Prestador Agregador Longa ND			12-01-2018	dez-17	32,50 €	Remuneração Adicional LDM
Total					113,68 €	

Os quadros anteriores justificam o acréscimo de rendimentos considerado no ano de 2017. Os valores estão aferidos com os documentos recebidos em Janeiro de 2018.

São considerados nesta rubrica os recebimentos de valores em 2018 mas referentes ao ano de 2017.

Os cálculos destes valores no caso da resposta social UCCI têm por base os mapas agregadores apresentados junto do ISS IP que após sua validação por parte da ECL são facturados aos utentes e às entidades participantes (ARS e outros subsistemas). Normalmente essa validação acontece nos meados do mês seguinte, neste caso em Janeiro de 2018.

12 – DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer		
... Seguros liquidados	4 724,58	6 377,80
... Outros Gastos a reconhecer	5 863,40	5 863,40
	10 587,98	12 241,20
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos		
... ARS		3 520,20
... GNR / PSP		360,21
... Outras Contas a Pagar		0,00
	0,00	3 880,41

Nesta rubrica apenas foi movimentada a conta de seguros liquidados que se justifica pela liquidação dos valores dos seguros no ano de 2017 mas que estarão em vigor até ao ano seguinte. Apenas são reconhecidos os gastos no ano de 2017 dos valores dos seguros referentes ao nº de meses/dia do respectivo ano.

13 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS – CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outros activos financeiros correntes decompõe-se da seguinte forma:

Instrumentos Financeiros	31-12-2017	31-12-2016
... CGD Fundo Caixa Monetário	31 597,63	31 496,47
...Farcoware	500,00	500,00
...Udifar	2 634,44	2 634,44
...Títulos Infarma	250,00	250,00
Total	34 982,07	34 880,91

Tem a SCMP feito anualmente uma prospecção junto das instituições bancárias locais no sentido de alterar a aplicação financeira Caixa Fundo Monetário numa nova aplicação

financeira ou Depósito a prazo que gerasse mais rendimento em juros, melhorando assim os resultados financeiros da instituição. Verifica-se no entanto que as taxas de juro em vigor no mercado são muito baixas, no caso de investimentos sem risco de perda, não havendo por isso justificação para qualquer alteração. A Caixa Fundo Monetário é um fundo destinado a investidores que pretendam assegurar a liquidez do investimento e beneficiar de uma estabilidade de rendimentos, compatível com as condições do mercado de taxas de juro e de curto prazo. É um fundo que tem baixo risco o que pressupõe também um baixo rendimento. No final de 2017 o Caixa Fundo Monetário tinha o valor de 31.597,63 € o que comparativamente a 2016 sofreu uma pequena valorização de 101,16€.

14 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Capitais, são os seguintes:

Fundos patrimoniais	31-12-2017	31-12-2016
Capital	1 344 097,96	1 344 097,96
Resultados Transitados	766 409,38	869 671,92
Outras Variações no Capital Próprio	338 983,17	347 168,99
Resultado Líquido no período	59 980,17	-103 262,54
Total	2 509 470,68	2 457 676,33

Na conta 562 – Resultados Transitados – foi registado o resultado líquido do ano anterior

Na conta 593 – Subsídios – foram registados os ganhos do exercício resultantes dos subsídios do estado para financiamento de obras e equipamentos, decorrentes dos programas financiados através do Programa Saúde .

15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS

A Misericórdia beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017: # **Vêr nota 23**

Fonte de Financiamento	Valência	Descrição do bem	31-12-2017	31-12-2016
POS Saúde XXI	Ucci	Obras	8 185,82	8 185,82
Modelar Fase 2	Ucci	Equipamento Médico		6 441,39
	Ucci	Equipamento Diverso		7 759,48
	Ucci		8 185,82	22 386,69

16 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2017		31-12-2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimo CCAM	16 724,63		14 663,89	18 882,47
Empréstimo CCAM - FIAT	12 920,39		16 823,97	11 397,98
Empréstimo CGD	48 611,14		41 666,64	48 611,20
	78 256,16	0,00	73 154,50	78 891,65
Outros empréstimos obtidos:				
Mercedes Benz Financiamento	1 995,30		5 985,90	
	1 995,30	0,00	5 985,90	0,00
Total	80 251,46	0,00	79 140,40	78 891,65

O plano de reembolso perspectivado para o próximo exercício é o seguinte:

	31-12-2017	
Empréstimo CGD 0645003163791	48 611,14	
Plano de reembolso	13-09-2124	Saldo Final
N+1	48 611,14	0,00
TOTAL	48 611,14	

	Saldo Inicial	
Empréstimo CA 56061363176	16 724,63	
Plano de reembolso	31-12-2016	Saldo Final
N+1	16 724,63	0,00
TOTAL	16 724,63	

	Saldo Inicial	
Empréstimo Mercedes Financiamento	1 995,30	
Plano de reembolso	31-12-2016	Saldo Final
N+1	1 995,30	0,00
TOTAL	1 995,30	

	Saldo Inicial	
Empréstimo CA 56061363176 FIAT	12 920,39	
Plano de reembolso	31-12-2016	Saldo Final
N+1	12 920,39	0,00
TOTAL	12 920,39	

17 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Durante o ano de 2017 regularizaram-se sempre dentro dos prazos de pagamento as dívidas a fornecedores. De notar a variação dos valores finais em conta corrente das empresas OCP, Alliance Unichem e Udifar II. São os maiores fornecedores da Farmácia da Misericórdia, que apresentam resumos mensais com valores relevantes, que têm sido liquidados sempre nos respectivos prazos de pagamento, cumprindo escrupulosamente a SCMP os prazos de liquidação dos mesmos.

Fornecedor	31-12-2017	31-12-2016
OCP Portugal	13 015,71	33 304,11
J. Saragoça Lda.	2 902,37	11 481,53
Hasse Limitada	248,56	2 207,22
Cooperativa Agrícola de Portel CRL	0,00	811,89
Alliance Unichem	11 144,31	14 479,66
Alquimed	2 308,39	4 016,04
Udifar II	48 765,93	40 469,82
Ciclum Farma Unipessoal	4 507,40	4 507,40
Frutas Rosibela Capuchos	0,00	1 546,22
Vínculo Original	2 486,17	2 486,17
Quimisinga	653,02	1 504,03
ALTER		1 945,18
Iberdrola	1 823,59	4 545,03
Município Portel	410,68	1 561,84
Talhos Premium	0,00	2 568,38
Évoralimentar Sa	0,00	1 232,82
Rubis Energia de Portugal Sa	0,00	3 670,98
Outros Fornecedores C/C	2 689,29	18 387,59
Total	90 955,42	150 725,91

18 - OUTRAS CONTAS A PAGAR - CORRENTES

Na conta Credores por acréscimos de gastos estão representados os valores referentes ao direito às férias (67688,08 €), subsídio de férias (67.688,08 €) e respectivos encargos sociais (30.058,12 €), referentes ao ano de 2017 e a pagar em 2018.

Na conta Outros Devedores e Credores estão representados os valores de guarda dos utentes em posse da instituição. Estes valores representam as poupanças dos utentes e surgem da diferença entre o valor recebido da pensão, o valor da factura da resposta social e demais gastos, na maioria dos casos 85% dos rendimentos.

19 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Vendas e Serviços Prestados	31-12-2017	31-12-2016
Vendas Medicamentos e Serviços Farmácia	867 324,94	831 308,35
Serviços Prestados Utentes Lar+Vendas Fraldas	573 052,37	563 892,51
Serviços Prestados Centro Dia	38 143,35	50 409,82
Serviços Prestados Apoio Domiciliário	24 467,58	25 935,29
Serviços Prestados UCCI	118 352,72	121 683,27
Total	1 621 340,96	1 593 229,24

Na Farmácia da Misericórdia verificou-se em 2017 um aumento das vendas (4,33%) comparativamente ao ano de 2016, fruto principalmente da fidelização dos seus clientes. Continuou-se em 2017 a monitorizar as vendas/atendimentos efectuados na farmácia, no entanto no mercado em que a farmácia está inserida (Vila de Portel) dificilmente poderá melhorar a sua performance no que diz respeito à venda de medicamentos. Houve durante o ano de 2017 um reforço na aposta de venda de produtos não sujeitos a receita médica e de dermocosmética. Estes produtos de venda livre libertam mais margem de lucro podendo por este meio melhorar o resultado da Farmácia.

Os serviços prestados nas respostas sociais CD e SAD, sofreram este ano oscilações negativas, em virtude da diminuição do rendimento médio dos nossos utentes e também do número médio de utentes nessas respostas sociais. Tem sido difícil para a SCMP ao longo destes anos afirmar os seus serviços de CD e SAD uma vez que é vista como uma instituição de predominantemente ERPI (Lar). A existência de outra entidade a prestar este tipo de serviço na localidade de Portel e reconhecida apenas pelos serviços de CD e SAD tem sido também um motivo para a difícil integração de novos utentes. Normalmente esses utentes vêm para estas respostas sociais com o intuito de posteriormente serem integrados em ERPI.

Será importante diferenciar o serviço de CD e SAD da SCMP de outros existentes no mercado, com o intuito de poder captar novos utentes para estas respostas sociais.

Apostar num serviço diferenciado, que vá de encontro às necessidades de todos os utentes, a um valor considerado razoável, podendo ir um pouco mais longe nos serviços a prestar.

20 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

A Misericórdia beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016:

Comparticipações e Sub. Exploração	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios Lar	397 689,16	381 430,36
Subsídios Centro de Dia	12 178,10	12 794,74
Subsídios Apoio Domiciliário	41 803,60	39 196,62
Subsídios UCCI - ARS e SS	487 137,60	476 079,10
Subsídios UCCI Outras Entidades	12 722,81	19 791,25
Subsídios IEFP	7 535,60	12 020,46
Total	959 066,87	941 312,53

Os subsídios / participações apresentados, são recebidos pela Santa Casa da Misericórdia de Portel conforme os acordos em vigor com a Segurança Social, com a ARS Alentejo e outras entidades (PSP e GNR) no caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

O número de utentes em termos de ocupação média das respostas sociais no ano de 2017 foram as seguintes:

Resposta Social	Utentes	Acordos
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	83	83
Centro Dia	8	10
Serviço de Apoio Domiciliário	13	20
Ucci - Média duração	10	10
Ucci - Longa duração	13	13
Total	127	136

Os valores comparticipados pela Segurança Social nas respostas sociais ERPI, CD e SAD foram os seguintes:

Resposta Social	Comparticipação por Utente
	Utente / Mês
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	374,91 €
Centro Dia	110,71 €
Serviço de Apoio Domiciliário	254,90 €

Subsídios / participações da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

(decreto lei 220/2011 de 1 de Junho)

No caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados as participações são recebidas consoante a taxa de ocupação da UCCI, dependendo da tipologia e também consoante os rendimentos dos utentes/agregado familiar.

Em relação aos valores a pagar pelos utentes, na tipologia de longa duração e manutenção o valor a pagar por utente/dia é de 30,34 € e na tipologia média duração e reabilitação é de 19,81€ utente/dia.

Se não existir capacidade do utente para suportar os valores atrás referidos a Segurança Social comparticipará o remanescente.

Caso não exista ocupação total dos dias, sendo a ocupação da resposta social superior a 85%, a segurança social efectua uma comparticipação adicional, pelo valor total atrás referido, do número de utentes/dia em falta, por tipologia.

Há ainda a referir que para a tipologia de longa duração e manutenção a segurança social efectua o pagamento de 1,24 € utente/dia para apoio aos consumos de fraldas dos utentes.

As comparticipações da ARS Alentejo referentes às diárias de internamento, são de 18,61€ utente/dia, para a tipologia de longa duração e manutenção e de 55,75 € utente/dia, para a tipologia de média duração e reabilitação.

No caso das comparticipações utente/dia da ARS Alentejo referentes a encargos com medicamentos, realização de exames auxiliares de diagnóstico, apósitos e material de penso para tratamento de úlceras de pressão será de 10,00 € na tipologia de longa duração e manutenção e de 12,00 € para a tipologia de média duração e reabilitação.

Há ainda a referir caso não exista ocupação total dos dias, sendo a ocupação superior a 85%, a ARS Alentejo efectua uma comparticipação adicional, pelo valor total da diária de internamento do número de utentes/dia em falta, por tipologia.

21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

FSE	31-12-2017	31-12-2016
Serviços Especializados	141 937,99	144 601,93
Materiais	13 940,50	14 425,31
Energia e Fluídos	114 403,00	120 862,87
Deslocações Estadas e Transportes	38,61	240,94
Serviços Diversos	110 462,85	140 706,90
Total	380 782,95	420 837,95

Na análise dos Fornecimentos e Serviços Externos há a salientar a diminuição generalizada do valor gasto em 2016 comparativamente ao ano anterior.

Na rubrica Energia e Fluídos verificou-se uma diminuição de 6.459,87 €, que tendo em conta o valor da energia e o seu aumento, foi uma melhoria significativa nesse gasto. Começa a justificar-se a aposta na renegociação do contrato da energia Gás e a aposta nos painéis solares que foi efectuada no ano de 2015. Há intenção de se continuar a efectuar novo investimento nos painéis solares para o edifício da UCCI, estando apenas dependente dos orçamentos da obra e a possibilidade de candidatar esse investimento ao programa Portugal 2020.

É importante durante o ano de 2018 continuar a efectuar a monitorização dos consumos de electricidade e gás, no sentido de diminuir o seu consumo. É necessário adoptar políticas de diminuição do consumo de energia durante os próximos tempos, pois é de todos os gastos, aquele em que é possível todos os colaboradores da SCMP, promoverem de uma forma responsável a sua diminuição.

22 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Pessoal	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações	791 081,25	812 113,35
Subsidio Alimentação	90 424,22	97 649,66
Remunerações Adicionais	77 315,99	72 605,60
Subsidio Férias	67 866,08	72 324,02
Subsídio Natal	66 896,09	67 766,04
Encargos Sociais	221 283,89	223 237,31
Seguros Acidentes Trabalho	12 723,25	9 113,94
Outros Gastos com o pessoal	2 691,85	7 283,53
Total	1 330 282,62	1 362 093,45

O número médio de pessoas que colaboraram com a Misericórdia no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram 99 funcionários , 3 colaboradores (2 estágio e 1 CEI's) e ainda 7 pessoas a Facturas-recibo. Em 31 de Dezembro de 2016 eram 101 funcionários e 6 colaboradores.

Os Órgãos Directivos da Misericórdia não auferem remuneração.

23 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos Suplementares	2 250,28	3 580,23
Descontos p.p obtidos	6 100,42	602,96
Rendas e Outros Rendimentos	29 790,61	27 479,25
Diferenças relativas anos anteriores	55 761,60	0,01
Subsidios Investimento	8 185,82	22 386,69
Outros (Quotizações e Donativos)	38 868,03	31 618,09
Total	140 956,76	85 667,23

Há a salientar que em 2017 na rubrica rendimentos suplementares estão contabilizados a utilização por particulares da Igreja da Misericórdia enquanto capela mortuária.

Rendas e outros rendimentos – houve um acréscimo de 2.311,36 € comparativamente ao ano de 2016.

Em 2017 as quotas cobradas foram 8.589,00 € o que comparativamente ao ano de 2016 significa um aumento de 663,00 €.

24 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	5 777,10	2 466,42
Dividas Incobráveis		
Perdas em inventários	2 058,44	1 624,87
Outros Gastos e perdas	9 502,47	9 154,16
Total	17 338,01	13 245,45

25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2017	31-12-2016
Juros Obtidos de Depósitos	171,08	544,02
Juros Obtidos de Outras Aplicações	158,25	70,04
Total	329,33	614,06

26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2017	31-12-2016
Juros suportados empréstimos bancários	5 125,66	7 841,37
Despesas multibancos	1 806,38	302,60
Despesas manutenção contas	48,50	36,92
Outros gastos e perdas financiamento	2 227,88	2 673,80
Total	9 208,42	10 854,69

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

27 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os principais diplomas legais sobre o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) são dos seguintes:

Diploma legal	
Decreto-Lei 36-A/2011 (RNC), 9 de março	Aprova os regimes da normalização contabilística para as ESNL
Aviso 6726-B/2011, 14 de março	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para as ESNL
Portaria 105/2011, 14 de março	Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL
Portaria 106/2011, 14 de março	Código de Contas específico para as ESNL

28 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Hipoteca do prédio do loteamento Horta da Cruz lote 1 em Portel como garantia do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos – Agência de Portel.

Santa Casa da Misericórdia de Portel

BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO

BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO

BALANCETE RAZÃO FINAL

BALANCETE GERAL FINANCEIRA FINAL

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PORTEL

Balancete Razão - Financeira

Acumulado Mês: Dezembro de 2017

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	CAIXA	441,485.39	437,204.96	4,280.43	
12	DEPOSITOS A ORDEM	3,178,078.44	3,067,200.06	110,878.38	
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	120,000.00	20,000.00	100,000.00	
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34,982.07	0.00	34,982.07	
21	CLIENTES	2,895,690.65	2,774,368.92	121,321.73	
22	FORNECEDORES	1,336,920.09	1,427,875.60		90,955.51
23	PESSOAL	991,518.94	984,815.53	6,703.41	
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIVO	603,788.03	631,627.89		27,839.86
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS	77,780.59	158,032.05		80,251.46
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	980,875.18	1,139,127.10		158,251.92
28	DIFERIMENTOS	20,846.19	10,258.21	10,587.98	
31	COMPRAS	868,089.09	27,424.94	840,664.15	
32	MERCADORIAS	86,128.66	2,058.44	84,070.22	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUMO	12,402.03	0.00	12,402.03	
38	RECL.REGUL.INVENT.ACTIVOS BIOLÓGICO	52,674.97	52,674.97		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2,992.73	0.00	2,992.73	
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	721,726.80	721,726.80		
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4,707,285.27	2,249,364.30	2,457,920.97	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	2,386.09	2,136.40	249.69	
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	6,562.92	6,562.92		
51	CAPITAL	0.00	1,344,097.96		1,344,097.96
56	RESULTADOS TRANSITADOS	103,262.54	869,671.92		766,409.38
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8,185.82	347,168.99		338,983.17
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	392,951.68	8,621.35	384,330.33	
63	GASTOS COM O PESSOAL	1,331,002.55	719.93	1,330,282.62	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	17,384.21	46.20	17,338.01	
69	Gastos e Perdas de Financiamento	9,208.42	0.00	9,208.42	
71	VENDAS	291.22	897,402.67		897,111.45
72	PRESTACOES DE SERVICOS	992.74	725,222.25		724,229.51
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EXPLORAC.	17,483.00	976,343.12		958,860.12
78	Outros Rendimentos e Ganhos	63.26	140,956.76		140,893.50
79	Juros, Dividendos e outos rendiment	0.00	329.33		329.33
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	103,262.54	103,262.54		
Total		19,126,302.11	19,126,302.11	5,528,213.17	5,528,213.17

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PORTEL

Balancete Razão - Financeira

Acumulado – Regularização do Exercício

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	CAIXA	441,485.39	437,204.96	4,280.43	
12	DEPOSITOS A ORDEM	3,178,078.44	3,067,200.06	110,878.38	
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	120,000.00	20,000.00	100,000.00	
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34,982.07	0.00	34,982.07	
21	CLIENTES	2,895,690.65	2,774,368.92	121,321.73	
22	FORNECEDORES	1,336,920.09	1,427,875.60		90,955.51
23	PESSOAL	991,518.94	984,815.53	6,703.41	
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIVO	606,968.03	631,627.89		24,659.86
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS	77,780.59	158,032.05		80,251.46
27	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	980,875.18	1,142,307.10		161,431.92
28	DIFERIMENTOS	20,846.19	10,258.21	10,587.98	
31	COMPRAS	886,453.02	886,453.02		
32	MERCADORIAS	777,696.66	695,623.86	82,072.80	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUMO	190,289.35	174,432.43	15,856.92	
38	RECL.REGUL.INVENT.ACTIVOS BIOLÓGICO	52,674.97	52,674.97		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2,992.73	0.00	2,992.73	
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	721,726.80	721,726.80		
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4,707,285.27	2,330,358.76	2,376,926.51	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	2,386.09	2,219.62	166.47	
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	6,562.92	6,562.92		
51	CAPITAL	0.00	1,344,097.96		1,344,097.96
56	RESULTADOS TRANSITADOS	103,262.54	869,671.92		766,409.38
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8,185.82	347,168.99		338,983.17
61	CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT. CONSUM.	843,104.06	250.00	842,854.06	
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	399,731.54	19,048.59	380,682.95	
63	GASTOS COM O PESSOAL	1,331,002.55	719.93	1,330,282.62	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	81,077.68	0.00	81,077.68	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	17,384.21	46.20	17,338.01	
69	Gastos e Perdas de Financiamento	9,208.42	0.00	9,208.42	
71	VENDAS	291.22	897,402.67		897,111.45
72	PRESTACOES DE SERVICOS	992.74	725,222.25		724,229.51
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EXPLORAC.	17,483.00	976,343.12		958,860.12
78	Outros Rendimentos e Ganhos	63.26	140,956.76		140,893.50
79	Juros, Dividendos e outros rendiment	0.00	329.33		329.33
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	103,262.54	103,262.54		
Total		20,948,262.96	20,948,262.96	5,528,213.17	5,528,213.17

SANTA CASA DA MISERICORDIADE PORTEL

Balancete Razão - Financeira

Acumulado – Final

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	CAIXA	441,485.39	437,204.96	4,280.43	
12	DEPOSITOS A ORDEM	3,178,078.44	3,067,200.06	110,878.38	
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	120,000.00	20,000.00	100,000.00	
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34,982.07	0.00	34,982.07	
21	CLIENTES	2,895,690.65	2,774,368.92	121,321.73	
22	FORNECEDORES	1,336,920.09	1,427,875.60		90,955.51
23	PESSOAL	991,518.94	984,815.53	6,703.41	
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIVO	606,968.03	631,627.89		24,659.86
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS	77,780.59	158,032.05		80,251.46
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	980,875.18	1,142,307.10		161,431.92
28	DIFERIMENTOS	20,846.19	10,258.21	10,587.98	
31	COMPRAS	886,453.02	886,453.02		
32	MERCADORIAS	777,696.66	695,623.86	82,072.80	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUMO	190,289.35	174,432.43	15,856.92	
38	RECL.REGUL.INVENT.ACTIVOS BIOLÓGICO	52,674.97	52,674.97		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2,992.73	0.00	2,992.73	
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	721,726.80	721,726.80		
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4,707,285.27	2,330,358.76	2,376,926.51	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	2,386.09	2,219.62	166.47	
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	6,562.92	6,562.92		
51	CAPITAL	0.00	1,344,097.96		1,344,097.96
56	RESULTADOS TRANSITADOS	103,262.54	869,671.92		766,409.38
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8,185.82	347,168.99		338,983.17
61	CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT. CONSUM.	843,104.06	843,104.06		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	399,731.54	399,731.54		
63	GASTOS COM O PESSOAL	1,331,002.55	1,331,002.55		
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	81,077.68	81,077.68		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	17,384.21	17,384.21		
69	Gastos e Perdas de Financiamento	9,208.42	9,208.42		
71	VENDAS	897,431.69	897,431.69		
72	PRESTACOES DE SERVICOS	725,222.25	725,222.25		
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EXPLORAC.	976,343.12	976,343.12		
78	Outros Rendimentos e Ganhos	140,956.76	140,956.76		
79	Juros, Dividendos e outros rendiment	329.33	329.33		
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2,824,686.45	2,884,666.62		59,980.17
Total		26,391,139.80	26,391,139.80	2,866,769.43	2,866,769.43

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL

CC 41219 – LUÍS GUILHERME GUSMÃO

MARÇO 2018